

Governo eletrônico e pós-modernidade tardia. Uma hipótese sobre a situação do cidadão diante das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Electronic government and late post modernity. A hypothesis about citizen situation before the information and communication technologies

Gobierno electrónico y post modernidad tardía. Una hipótesis sobre la situación del ciudadano frente a las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación.

Thaís de Mendonça Jorge¹

Fábio Henrique Pereira²

Resumo

Este artigo propõe uma primeira abordagem crítica sobre o e-governo. Ao longo do texto, discutiremos diferentes aspectos do fenômeno, cotejando trabalhos teóricos, estudos empíricos e dados sobre o assunto no contexto brasileiro. Nossas considerações sugerem que os governos ofertariam serviços eletrônicos como forma de atrair, seduzir a população, funcionando também como uma ferramenta de controle social.

Palavras-chave: e-governo, e-democracia, comunicação pública, controle social.

Abstract

This paper seeks to make a first critical approach about e-government. Along this text, we will discuss different aspects of such subject, working with theoretical studies, empirical researches and data about this subject related to Brazilian context. Our conclusions suggest that governments offer electronic services as a way to attract, seduce the people, also acting as a tool of social control.

Key-words: e-government, e-democracy, public communication, social control.

Resumen

Este artículo presenta un abordaje inicial sobre el e-gobierno. Discutiremos distintos aspectos del fenómeno del gobierno electrónico, o sea, las páginas organizadas por los gobiernos de países en la Internet, comparando trabajos teóricos, estudios empíricos y datos sobre el tema en el contexto brasileño. Nuestras consideraciones sugieren que los

¹ Doutora em Comunicação e professora da Universidade de Brasília. Atualmente, realiza um pós-doutorado na Universidad de Navarra, Espanha, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Email: thaisdemendonca@uol.com.br.

² Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília. Email: fabiop@gmail.com.

gobiernos ofrecerían servicios electrónicos como forma de seducir, atraer la audiencia, que funcionarían además como herramienta de control social.

Palabras-clave: e-gobierno, e-democracia, comunicación pública, control social.

Introdução

A rede brasileira de computadores do setor público começou a ser montada na década de 1960, na era militar, quando o país sentiu necessidade de controlar a máquina burocrático-financeira, instituindo mecanismos de fiscalização sobre as contas nacionais. Entretanto, somente com o fim da Lei da Informática – que restringia a importação de computadores e insumos eletrônicos –, em 1992, deu-se a expansão no rumo da independência no setor, e os brasileiros puderam ter acesso a computadores domésticos, ao mesmo tempo em que se disseminava o uso das máquinas nas empresas públicas e privadas. Assim, o Brasil, como muitos outros países, conseguiu aperfeiçoar sistemas de informática pública e vem desenvolvendo uma série de ferramentas para uso das pessoas, empresas e instituições, que visam facilitar o relacionamento delas com o governo. O imposto de renda, primeira obrigação legal a entrar em rede, em 1993, foi o passo inicial do chamado governo eletrônico ou e-government em território brasileiro. Junto com desenvolvimento do software bancário e sua adequação a um padrão nacional, a declaração anual de renda automatizada é um produto de sucesso, tanto em termos de eficiência, como em termos numéricos. Todos os anos, milhões de documentos são processados pelo site da Receita Federal durante os meses de fevereiro a abril.

Este artigo propõe uma primeira abordagem crítica do instrumento e-governo (e-government), entendido como o conjunto de sites que um governo coloca à disposição, para oferecer informações e serviços às pessoas. O potencial da internet para incrementar a participação política, debatido há uma década, encontra aqui o argumento, de acordo com reflexão de Vandenberghe, de que o chamado “governo do cidadão” constitui uma das formas de controle do capitalismo tardio sobre o indivíduo. Nos países desenvolvidos, os meios de comunicação (telefone, correio, TV interativa) foram e são usados para motivar a participação, seja em pesquisas de opinião, na mobilização

para o planejamento comunitário, em projetos sociais, em campanhas eleitorais, seja, finalmente, na oferta de serviços via rede. É a chamada e-democracia.

Ao longo deste texto, discutiremos diferentes aspectos do governo eletrônico, cotejando trabalhos teóricos, estudos empíricos realizados em diferentes países e informações sobre o assunto a partir do contexto brasileiro. Trataremos ainda das relações entre o e-governo e o ideal de comunicação pública. No final, discutiremos as apropriações dessas novas formas de participação social pelos mecanismos estatais de controle social.

1 – E-democracia e e-governo

O conceito de e-democracia, segundo a Sociedade Hansard, do Reino Unido, é associado aos “esforços para alargar a participação política, habilitando os cidadãos a se conectar uns aos outros e com seus representantes via novas tecnologias de informação e da comunicação (Tics)” (Hansard Society, 2003, *apud* Chadwick, 2006: 84-85). Essa definição, segundo Chadwick, aponta para a relação horizontal entre as pessoas de uma sociedade, e a verticalidade do contato com os encarregados das decisões políticas. Um outro conceito está ligado à “democracia digital”:

Uma coleção de tentativas de praticar a democracia sem limite de tempo, espaço ou outras condições físicas, usando as Tics ou a comunicação mediada por computador como uma extensão, não uma substituição, das práticas políticas tradicionais.

A preocupação com uma democracia participativa remonta à *agora* grega, o fórum onde os cidadãos (excetuando-se mulheres e escravos) se reuniam para trocar mercadorias, assistir a uma peça teatral, discutir política. Nos séculos XVIII e XIX, filósofos políticos como Jean-Jacques Rousseau (1712-78) e Alexis de Tocqueville (1805-59) se debruçaram sobre o assunto, que chegou aos dias de hoje com a ascensão das ideias liberais. O estado pós-moderno dos séculos XX e XXI enfrenta a questão da participação com distintos enfoques: de um lado, o escasso interesse do cidadão comum pela política e descrédito nas instituições, o que inclui os representantes eleitos para o Parlamento. De outro, influência das novas tecnologias na vida das pessoas e

decréscimo do poder dos meios tradicionais, como o jornal impresso, o rádio e a TV no papel de formadores de opinião.

Neste início do século XXI, a explosão das tecnologias em todos os aspectos da vida humana é uma realidade à qual não se pode fugir. No que Castells (2000: 498) denominou “sociedade em rede” seriam características: a) a informação, sua matéria-prima; b) a penetração das Tics; c) a prevalência de uma lógica das redes, adaptadas à sociedade; d) o sistema de redes baseado na flexibilidade; e) a convergência e interdependência das tecnologias. Analisando o processo de reestruturação das organizações, econômica e socialmente pelo que passaram as instituições capitalistas, no qual as tecnologias exercem papel fundamental, o autor diz que o novo sistema econômico e tecnológico que estamos vivendo pode ser chamado “capitalismo informacional”.

A entrada dos sistemas de governo no setor de informática não foi gratuita nem aleatória. Assim como a passagem dos computadores, de máquinas de operações lógicas para a função de edição de texto, marcou uma nova etapa de aperfeiçoamento da escrita, como observa Arnt (2002: 223-237), também o percurso da internet meramente comunicativa para a era da edição jornalística foi absorvido não só pelos periódicos como também pelos governos. No Brasil, como veremos, as atividades relacionadas ao governo eletrônico parecem estar intimamente relacionadas às notícias. Os sites do governo, em todos os níveis, reservam espaço para noticiário.

Colocado de uma maneira direta, o e-government é “o uso de tecnologia para destacar o acesso e a liberação de serviços de governo destinados ao benefício de cidadãos, parceiros e servidores públicos” (Silcock, 2001: 88-101). Bertot et al. (2009: 433) afirma que “o governo eletrônico é o meio primário pelo qual o governo dissemina informação para indivíduos e comunidades”. Silcock (2001) alerta que os instrumentos de e-governo “afetam todos os aspectos de como uma organização trabalha com o público. Não é apenas tecnologia; não é só um processo negocial; não são apenas recursos humanos. São todas essas áreas combinadas” e centradas no consumidor, que é o cidadão. Trata-se, portanto, de “un modelo interactivo de gestión pública que se inspira en el empoderamiento de los ciudadanos y las organizaciones en general, a través del uso *con sentido* de las Tecnologías de la Información y la Comunicación especialmente de internet” (Montilla & Páez, 2007 : 20).

Para Takao (2004), o e-government é parte de uma estratégia de aplicação das Tics para reduzir o custo e tornar mais eficiente a máquina de governo. Num estudo sobre o impacto político do “governo digital” no Japão, o autor examina dois aspectos da questão: a) o estímulo público relacionado à participação do cidadão na política e à responsabilidade do governo, e b) a disseminação de informação pelo governo significando maior grau de confiança e transparência na instituição. Vários atores – políticos, partidos, burocratas e funcionários de estado, grupos de interesse, público e mídia – convergem nas políticas de governo deflagradas pelo setor público: presidente, ministros, deputados, senadores, vereadores, prefeitos e têm um interesse comum – que as instituições funcionem e facilitem a vida do cidadão, garantindo-lhe melhor qualidade.

Para os venezuelanos Montilla & Páez (2007), os processos de implantação de um governo eletrônico geralmente seguem quatro etapas. A primeira seria a consolidação de uma infra-estrutura, que permita às diferentes organizações adaptar-se ao uso inteligente da informação e das TICs. A segunda etapa implicaria em uma reorganização do aparato do estado, gerando novos e melhores mecanismos de participação do cidadão. Esse modelo incorporaria, numa terceira fase, plataformas tecnológicas e de informação, que permitam a realização de transações on-line. Finalmente, ocorreria a transformação do modelo de gestão tradicional para um governo baseado no uso do ciberespaço.

Por sua vez, a pesquisa Deloitte (Public Sector Institute do Reino Unido), em junho de 2000 (citada por Silcock, 2001), afirma que os governos passam por seis estágios na aproximação com os serviços eletrônicos:

1) Publicação e disseminação de informação – departamentos e agências colocam em rede seus sites para divulgar informação sobre si mesmos e sobre os serviços que oferecem; é comunicação *one-way*, ou seja, de uma mão.

2) Transações oficiais de mão dupla – quando os sites de governo se tornam mais sofisticados, os cidadãos já podem submeter informação sobre a própria vida, como mudar o endereço ou fazer uma reclamação por e-mail.

3) Portais multiproposta – habilitam os usuários a entrar por uma porta e a ter uma série de funções, com visita a distintos sites de governo.

4) Portais personalizados – os governos atuam como a iniciativa privada e permitem aos usuários personalizar a página on-line.

5) Serviços organizados – quando os portais se consolidam, a percepção departamentalizada do governo desaparece e o cidadão passa a ver o governo simplesmente como uma entidade fornecedora de serviços; para que isso aconteça, o governo deve organizar as operações por setores e linhas.

6) Integração completa – neste estágio, os muros e divisórias entre as áreas de governo caem e a tecnologia é integrada para ajudar a diminuir o vácuo entre o atendimento on-line e os serviços de background.

Os países usam diferentes terminologias para se referir à escalada do governo à internet. Além de fazer referência à e-democracia ou democracia eletrônica como uma parte dos direitos do cidadão – termos que predominam no Reino Unido e nos EUA –, alguns chamam esse setor de “serviços digitais” – caso da Espanha – ou de “governo digital”, como no Japão. Nem todos estão convencidos de que os governos têm um papel organizado a cumprir na transição para o ciberespaço. Alguns acham que o governo deve ser deixado à sua própria sorte (Grewlich, 1999). No Brasil, as preocupações em estruturar o terreno da comunicação pública digital encontram-se em diversos ministérios, secretarias, autarquias e empresas criadas com essa finalidade, como o Instituto de Tecnologia da Informação, ligado à Presidência da República, e o Comitê Gestor de Internet (CGI-Br), entidade destinada a administrar os dados relativos à rede no país. O objetivo do governo brasileiro com seu projeto próprio de “governo eletrônico” é promover a inclusão social por meio da expansão do acesso aos serviços eletrônicos, e o grande desafio seria fazer com que as classes D e E entrassem no sistema (Santanna, 2004¹).

Preferimos, neste artigo, usar a expressão *e-governo* ou o correspondente em inglês *e-government*, embora usemos vez por outra o termo *governo digital* ou *serviço digital*. Entendemos aqui que a *e-democracia* constitui um conceito muito amplo, que abarca mecanismos de participação política como a mobilização popular via internet em campanhas eleitorais, o que está fora do escopo deste trabalho. Por outro lado, ao estudar o panorama dos cibermeios no Brasil, o governo eletrônico não pode passar ao largo, já que preenche uma parcela significativa do espaço e ocupa muitos profissionais jornalistas.

1.1 – O e-governo no mundo e no Brasil

Silcock (2001) e Takao (2004) observam que a maioria dos governos está ainda no primeiro estágio de desenvolvimento do e-government. No Reino Unido, em 2002, calculava-se que apenas um quinto das transações entre cidadãos e governo eram feitas via internet, número que cresceu para 50% em 2005 e 100% em 2008. Entretanto, o objetivo do governo britânico era tornar-se uma economia líder em serviços on-line. Todos os ministérios do Japão possuem websites e o nível de informação que liberam ao público varia conforme o tipo de atividade. Por exemplo, o ministério de Defesa tende a divulgar menos informação, por razões de segurança, enquanto o da Justiça, sob pressão da mídia, se vê forçado a colocar no ar uma grande quantidade de informação. Todas as prefeituras japonesas e 96% das municipalidades têm sua própria homepage.

Ainda não existe um índice mundial para avaliar a adesão dos países ao e-governo, mas a Espanha construiu medidores próprios, que registram: 1) o ambiente das Tics; b) o acesso às Tics, e c) o uso das Tics. Para gerenciar a relação com a Sociedade da Informação, o governo da Espanha deflagrou o Plano 2006-2010 para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e de Convergência com a Europa e entre as Comunidades e cidades autônomas², conhecido como Plano Avanza.

El Plan Avanza se estructura en torno a cuatro áreas de actuación: Ciudadanía Digital, que tiene como objetivo garantizar el acceso de las TIC en los hogares y prevenir o resolver problemas de exclusión digital, Economía Digital, que orienta a potenciar el sector TIC y el acceso de las Pequeñas y medianas empresas (Pymes) a soluciones tecnológicas avanzadas, Servicios Públicos Digitales, que se dirige a la mejora a través de las TIC del nivel de servicio de la Administración Pública, y finalmente Nuevo Contexto Digital, que recoge actuaciones destinadas a extender la banda ancha en todo el territorio, mejorar la seguridad de Internet y fomentar la creación de nuevos contenidos digitales (Gimeno, 2007: 308)

A situação, em 2007, do chamado governo eletrônico na Espanha pode ser vista na Tabela 1, bem como os objetivos e previsões para 2010:

TABELA 1 - SERVICIOS PÚBLICOS DIGITALES

Disponibilidad y uso eAdministración	Situación	Objetivo Plan	Previsión
	Actual España	Avanza 2010	eEspaña 2010
Ciudadanos (obtener información)	25%	40%	29%

Ciudadanos (envío de formularios)	7%	15%	9%
Empresas (obtener información)	52%	75%	75%
Empresas (envío de formularios)	35%	55%	55%

Fuente: eEspaña 2007 a partir de INE (2007), Eurostat (2007) y Plan Avanza

Vemos, portanto, que alguns países já estão fazendo um balanço da situação das Tics na relação com o cidadão. O processo de implantação da internet no Brasil durou 11 anos (Carvalho et al., 1999), a partir de 1988. Porém, desde o regime militar, havia uma preocupação em assegurar o controle do Estado sobre o setor e apoiar a indústria nacional de microeletrônica (Benakouche, 1997, apud Carvalho et al., 1999). As primeiras experiências com a transferência de dados a distância datam de 1988, embora a legislação de 1975 que regulamentava as funções da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) já lhe desse a incumbência de instalar e explorar a transmissão eletrônica de informações. Antes disso, em 1972, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) – criado em 1967, por influência do Ministério da Fazenda e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – já processava 10 mil declarações do imposto de renda, utilizando cartões perfurados e computadores que não ultrapassavam os 16 kbytes.

O Serpro chegou a ter nessa época 24 mil empregados. Fazia também testes com urnas eletrônicas. Em 1991, quando a Universidade de São Paulo apresentou ao público o primeiro computador brasileiro, o Patinho Feio, os funcionários do Serpro de Santa Catarina mostraram um modelo de urna com bobina de papel, que terminou não sendo aprovado, mas deu origem à urna eletrônica usada pelo Tribunal Superior Eleitoral, hoje um produto de exportação. Os primeiros minicomputadores começavam a sair das oficinas do órgão, ao mesmo tempo em que se estruturavam as contas nas secretarias do Tesouro Nacional e da Receita Federal. Pressionado a montar um sistema tributário centralizado para controlar a vida financeira do país, o Serpro enfrentava o desafio da falta de modelo. Não havia sistemas similares no mundo que lidassem com grandes massas de dados. O sistema alemão Adabas, utilizado para um máximo de 800 mil registros, estourou na primeira rodada brasileira, incapaz de suportar 8 milhões de entradas.

A história não teve o cuidado de marcar qual foi o primeiro site oficial a povoar a internet no Brasil, apesar de se apontar o ano de 1993 como o início da comunicação de governo, que seria a página do Imposto de Renda (www.receita.fazenda.gov.br). Isso significa que o ciberespaço brasileiro foi antes ocupado pelo e-government que pelos jornais impressos, que começaram a aparecer na rede em 1994-1995. Atualmente, os sites oficiais mantêm um lugar importante no quadro dos cibermeios brasileiros, com ênfase no principal portal, o www.brasil.gov.br, que concentra grande parte da informação e canaliza o fluxo de acesso do público para os espaços eletrônicos de ministérios, entidades e empresas governamentais, agências reguladoras e até para os governos dos Estados. O Congresso Nacional, com seus 81 senadores e 512 deputados, representando o Poder Legislativo; e o Poder Judiciário, com os tribunais, são outros organismos de poder que alimentam portais próprios e estão em diferentes estágios de desenvolvimento, segundo a qualificação Deloitte. Em Brasília, onde se localizam as infra-estruturas deste parque eletrônico oficial, são jornalistas – que trabalham em assessorias de imprensa – os responsáveis pela manutenção e alimentação da maior parte dos sites de governo, o que talvez explique a maciça presença de notícias nesses espaços.

Fazendo uma análise do grande portal do governo eletrônico brasileiro (Brasil.gov.br), podemos observar que o país, por sua diversidade cultural e tecnológica, cumpriria vários estágios de desenvolvimento segundo a tabela Deloitte, a saber:

1) Publicação e disseminação de informação – assim se encontra a maior parte dos sites de governo, incluindo os executivos estaduais e municipais. A maioria deles coloca informação sobre si mesmos no site, e usa links para notícias;

2) Transações oficiais de mão dupla – os formulários colocados on-line (“Não está achando o que procura?”) geralmente estão no link “Contatos” e nada garante que serão respondidos;

3) Portal multiproposta – o portal pretende habilitar a comunicação com os usuários e a ajudá-los na visita a distintos sites de governo. Nesse sentido, apresenta links, por exemplo, para os governos dos estados. Entretanto, muitos são links rotos;

4) Portais personalizados – isto ainda não é possível no Brasil;

5) Serviços organizados – o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o serviço de passaportes, ligado à Polícia Federal, são dois setores que estão se modernizando na questão internet. O INSS lançou recentemente uma campanha com o

tema Um novo tempo para o Brasil e para você, para tentar resolver o problema das filas;

6) Integração completa – desde a criação do Ministério da Desburocratização – ainda no governo Fernando Henrique Cardoso – faz-se um esforço para enfrentar a lentidão e a burocracia. Recentemente, o presidente da República assinou o Decreto nº 6.932, na intenção de reduzir ou eliminar procedimentos desnecessários e supérfluos e organizar a administração federal, dando força às iniciativas realizadas via eletrônica (Em questão, 12 ago 2009).

2 – E-governo e a comunicação pública

A presença de jornalistas nos espaços de desenvolvimento do governo eletrônico no Brasil resulta, portanto de um processo concreto de ocupação de um novo território profissional. Isso sempre veio acompanhado de um poderoso discurso que buscou articular o desenvolvimento de novas formas de governo aos ideais de transparência pública e participação cidadão por meio da comunicação. De fato, observamos que a relação entre o acesso à informação e o exercício da cidadania está subjacente à definição de governo eletrônico e ao próprio desenvolvimento de plataformas digitais de participação popular. Para Bertot et al. (2009: 436) a “importância de uma informação acessível e bem distribuída numa sociedade democrática, junto com uma cidadania bem informada, que contribui ativamente com suas obrigações cívicas – votar, trabalhar pela mudança social” seria a base dos regimes democráticos.

Essa crença se fia, na verdade, na existência de um ideal de transparência pública subjacente à própria definição de democracia e do papel da imprensa e do jornalista na manutenção desses regimes. Embora esse tipo de discurso não seja necessariamente original, a consolidação de novas formas de visibilidade política a partir do desenvolvimento tecnológico alterou as relações de poder, no sentido de transformar a comunicação entre governo e o público em uma arena mais acessível e aberta. A visibilidade midiática tornou-se uma estratégia fundamental de luta pelo poder político (Thompson, 2008). Trata-se de uma nova arena, mais ampla e incluyente, na medida em que os mecanismos de visibilidade se encontram descentralizados, dispersos no ciberespaço e em outras mídias digitais.

Sabemos que o universo de culto em torno da Rede Mundial de Computadores se constrói fundamentalmente por meio do ideal de transparência. A internet seria uma

ferramenta de combate à opacidade, às barreiras que impedem ou atrapalham o livre acesso às informações pelos cidadãos (Breton, 2000) e conseqüentemente o próprio desenvolvimento da Sociedade da Informação. Um governo aberto, explicam Fugini, et al. (2005) ilustrando esse tipo de afirmativa, se calca no aumento da transparência e da responsabilidade tidas como ferramentas de combate à corrupção e às fraudes. Para os autores, a TIC seria particularmente adequada para aumentar esse tipo de transparência.

Contudo, apenas exaurir as possibilidades de interação dos cidadãos com as novas mídias e suprir a demanda de informações por meio da comunicação política, não são suficientes para estimular a confiança e a participação dos cidadãos no exercício de uma democracia eletrônica ou virtual. “Os cidadãos inseridos na sociedade da informação, para os quais uma comunicação administrativa e governamental é algo indispensável, precisam ser capazes – com o aumento do fluxo de informação – de examinar a fidedignidade da informação”, pois seria precipitado acreditar que a comunicação na internet seria possível sem algum tipo de filtragem (Pitschas, 2004: 08). Nesse sentido, Pitschas defende a intervenção de uma “competência midiática” como um pré-requisito para a transição rumo a um governo/democracia eletrônico.

Ora, a área que lida melhor com esse aparente contraste entre transparência e mediação é a comunicação pública. Esse tipo de constatação permeia os discursos de construção de novas modalidades de comunicação (relacional) capazes de potencializar as possibilidades de participação dos cidadãos no processo político. Ela está ainda presente na ideia de que as TICs devem ser incorporadas ao cotidiano das organizações (públicas e privadas) a partir do composto comunicacional, de forma a integrar diferentes estratégias de posicionamento e relacionamento institucional frente aos públicos (Saad, 2008). Essa integração implica numa descentralização do pólo do emissor (com a criação de vários espaços de emissão e interação), de forma a garantir maior participação e representatividade do público.

Nesse caso, ao relacionarmos os conceitos de e-governo e comunicação pública observamos uma mesma releitura ou compartilhamento do discurso de emancipação política dos cidadãos pela internet. De fato, a internet representou a possibilidade de realização dos princípios que orientam essas duas áreas. Como já dissemos, para a democracia, as novas tecnologias abririam a porta para a intervenção direta dos cidadãos nos debates e na elaboração de políticas públicas dentro da sociedade. Para a comunicação, trata-se do fim de alguns constrangimentos (tempo, espaço, etc.) que

sempre limitavam a produção informativa, que seria agora mais livre e direta. E também da possibilidade de estabelecer novas formas de interação com o público, de forma a quebrar a aparente unidirecionalidade do processo comunicativo. Nesse duplo momento emancipatório, a mídia e a democracia parecem se reencontrar, potencializadas pelas novas tecnologias.

O fato do discurso em torno da internet e das TICs legitimar a ideia de uma reconfiguração da democracia com a ampliação da participação do público, no entanto, não nos impede de discutir criticamente os riscos potenciais desse processo. É o que faremos a seguir, trabalhando, sobretudo, a partir da adaptação de um ensaio do professor belga Frédéric Vandenberghe.

3 – As redes e o controle global

Rousseau acreditava no autogoverno, que seria uma forma de democracia direta. Para Tocqueville, a ideia era enfatizar a participação do indivíduo na sociedade e isso implicava admitir a competição entre grupos de interesse, conviver com uma imprensa vibrante e valorizar o poder das associações (hoje seriam as ONGs), todos atuando ao mesmo tempo como fiscais do governo e meio de educação dos cidadãos.

Já na Revolução Industrial, foi necessário aumentar os salários dos trabalhadores para que eles pudessem comprar os objetos que produziam e assim foi necessário estimular o seu desejo de possuir. Vandenberghe (2007) diz que “o capitalismo não apenas produz objetos, mas também sujeitos e subjetividades.” A máquina capitalista funciona por meio dos pensamentos, vontades e até por meio do corpo humano. Os modernos computadores lêem as nossas atitudes e aprendem a reagir a elas. A ergonomia ajuda a projetar melhores teclados para que possamos nos comunicar melhor e não cansemos as mãos. Pesquisas de opinião colhem os pensamentos coletivos para desenvolver produtos próximos ao que as pessoas gostariam de comprar.

Ao contrário do capitalismo do passado, que se expandia através do espaço e se integrava ao ambiente não-capitalista, num sistema de exploração colonial para garantir a acumulação de mais-valia, a rede capitalista contemporânea coloniza a vida, introduz a lógica econômico-administrativa da objetividade e do cálculo na vida cotidiana, entrando na estrutura comunicativa da sociedade. Tendo progressivamente integrado a periferia e a semi-periferia em um só mercado, a lógica da sociedade mercadológica invade e coloniza o mundo da vida “como os colonizadores das sociedades tribais”, co-

modificando a cultura, a mente, a pessoa e, ultimamente, a própria vida (Habermas, 1981, apud Vandenberghe, 2007).

Com Foucault, podemos dizer que o “poder soberano” do Antigo Regime deu lugar ao “poder disciplinar” da modernidade e isso redundou no poder regulatório da “sociedade de controle”, na qual o exercício da disciplina é mais econômico e liberal, sutil e indireto, descentralizado e capilarizado, difuso e individualizado – e, por isso, muito mais invasivo e efetivo. Enquanto o controle, nos antigos regimes feudais, se fazia com punições, ele se transformou num poder disciplinar, não-repressivo, democrático e produtivo, atuando sobre a face externa do indivíduo. Já o poder regulatório, ao contrário, funciona a partir de dentro: não destrói o sujeito, ele produz o sujeito, de acordo com o que é necessário para os controles sociais. Estimula-o a ser ao mesmo tempo dócil e responsável, participante e ativo na sociedade, solidário e empenhado.

Os estudiosos de governamentalidade não têm dúvidas em apontar a necessidade de se realizar a análise detalhada das várias formas de regulação, standardização, homogeneização e uniformização que a sociedade de controle tenta impor, das formas mais sutis, às pessoas. Com esse instrumental, podemos examinar algumas das grandes transformações dos últimos 15 anos e o que alguns autores chamam de “capitalismo avançado”, e outros, “capitalismo tardio”.

Dessa maneira, toda a crítica à alienação do indivíduo pela máquina, à proliferação da eletrônica na vida moderna, todo o medo da inteligência artificial e à dominação dos computadores que faziam parte do ideário da nova esquerda e da nova direita nos anos 1960-80 foram substituídos por um cardápio de defesa das novas tecnologias e de elogio à praticidade que elas imprimem à vida do cidadão comum. Com a facilidade de sacar dinheiro e pagar contas no caixa ou pela internet, a qualquer hora, várias entidades estão envolvidas na governança do tempo do contribuinte: o governo, que antecipa receitas, movimenta o sistema bancário, controla o dinheiro recebido; o banco, que faz girar a engrenagem econômica; o serviço de transportes, que regula as idas e vindas das pessoas e até os instrumentos de lazer, onde ele vai gastar o dinheiro que retirou. Quando a pessoa o faz no fim de semana está usando o tempo de lazer para cumprir uma obrigação e, portanto, o governo já interferiu em seu eu.

Vandenberghe chega a afirmar que o próximo passo que “os burocratas da governamentalidade devem estar elocubrando será acabar com os chamados dias úteis”.

Na sociedade de controle da máxima produção, todos os dias são úteis e não podem ser desperdiçados. Por isso, os governos se empenhariam em colocar cada vez mais instrumentos – como dizem, de atendimento ao cidadão, para que eles se sintam intimamente conectados uns aos outros e ao governo que os governa. Por detrás da contínua troca de estímulos ideológicos e dos programas de ação destinados a atingir os cidadãos, e graças a uma linguagem comum a todos os sistemas pós-modernos de governança – incluindo o discurso do governo eletrônico – não devemos ter dúvidas de que o objetivo é transformar a todos em “pais amantíssimos, ardentes consumidores, cidadãos ativos e empregados entusiasmados”. No caso brasileiro, com a ajuda das notícias, que ajudam a disseminar um clima favorável ao governo, enquanto criam uma forma de representação da sociedade que se assemelha à realidade do mundo da vida.

4 – Considerações finais

Neste artigo analisamos o fenômeno do governo eletrônico a partir de um aporte multidisciplinar. Procuramos, num primeiro momento, situar teoricamente o conceito de e-governo e descrever o cenário atual de desenvolvimento das iniciativas de participação cidadã pela internet no Brasil e no mundo. Num segundo momento, discutimos os possíveis diálogos entre os conceitos de governo eletrônico e comunicação pública na construção de um discurso em torno das possibilidades emancipatórias da internet. Finalizamos o texto alertando para as possibilidades de instrumentalização dessas tecnologias como ferramentas de controle social pelo estado.

Nossas considerações finais, baseadas nos “estudos de governamentalidade” da escola anglo-australiana de Nikolas Rose – e ainda com Vandenberghe –, sugerem que, subjacente a esse processo, haveria não mais a “escravização pela máquina”, mas uma “sujeição à máquina”, introduzindo a idéia da “governança” pelo próprio indivíduo, visto como um ser desejante. A megamáquina capitalista funcionaria por meio dos pensamentos, das vontades e até por meio do corpo humano para seguir os objetivos do capital. Os governos ofertariam serviços eletrônicos, nessa hipótese, como maneira de atrair, seduzir a população e, ao mesmo tempo, controlá-la.

Rejeitamos, é claro, a visão maniqueísta e conspiratória que pregaria uma ação explícita do Estado na implementação dessa nova forma de controle social. Acreditamos que ele integra, na verdade, o próprio processo de construção e reificação da realidade social a partir do desenvolvimento da internet e das novas tecnologias aplicadas à

administração pública. Nesse sentido, deixamos como ponto de discussão o papel da comunicação e do jornalismo na construção de um discurso capaz de legitimar essa nova forma de controle.

Referências bibliográficas

- ARNT, H. (2002). “Do jornal impresso ao digital: novas funções comunicacionais”. En: HOHFELDT, Antonio. BARBOSA, M (eds.). *Jornalismo no século XXI: a cidadania*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 223-237.
- BERTOT, J. C. et al. (2009). “Reconciling government documents and e-government: Government information in policy, librarianship, and education” En: *Government Information Quarterly* 26, 433-436. Disponível em: www.elsevier.com/locate/govint).
- BRETON, P. (2000). *Le culte de L’Internet – Une menace pour le lien social ?*. Paris : Éditions La Découverte.
- CARVALHO, J. M. et al. (1999). “A política de implantação da Internet no Brasil”. *Paper apresentado ao XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, J.M. et al. (1999). “A política de implantação da Internet no Brasil”. *Paper apresentado ao XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Rio de Janeiro.
- CASTELLS, M. (2000). *A sociedade em rede – v. I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CHADWICK, Andrew (2006). *Internet Politics. States, Citizens and New Communication Technologies*. New York: Oxford University Press.
- EM QUESTÃO. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República n. 866 - Brasília, 12 de Agosto de 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br>. Acesso: 12 ago. 2009.
- FUGINI, M. G.; MAGGIOLINI, P. & PAGAMICI, B (2005). “Por que é difícil fazer o verdadeiro ‘Governo-eletrônico’”. En: *Prod.* [online], vol.15, n.3 [cited 2009-08-30], pp. 300-309: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132005000300002&lng=en&nrm=iso>.
- GIMENO, M. (2007). *E-España 2007. Informe anual sobre el desarrollo de la Sociedad de Información en España*. Madrid: Fundación Orange.

- GREWLICH, Klaus W (1999). *Governance in 'Cyberspace'. Access and Public Internet in Global Communities*. Kluwer Law International: The Hague/ London/ Boston.
- HANSARD Society (2003). In: CHADWICK, Andrew (2006). *Internet Politics. States, Citizens and New Communication Technologies*. New York: Oxford University Press.
- PITSCHAS, R (2004). “Governo eletrônico e legitimidade democrática no estado constitucional europeu baseado na parceria”. In: *Sociologia*. [online], maio, n.45 [citado 30 Agosto 2009], 11-22. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292004000200002&lng=pt&nrm=iso>.
- SAAD, E. C. (2008). “Comunicação Digital e seus usos institucionais”. In: KUNSCH, M. M. K (ed.) *Gestão estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas*. São Caetano do Sul: Difusão, 165-184
- SANTANNA, R. (2004). Entrevista pessoal a JORGE, T.M.
- SILCOCK, R. (2001). “Hansard Society for Parliamentary Government”. En: *Parliamentary Affairs*, n. 54, 88-101.
- TAKAO, Y. (2004). “E-Government in Japan” *Pacific Affairs*, v. 77, n. 2, 2004, 237-262. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40022500>. Acesso em: 13 jul. 2009
- THOMPSON, J. B (2008). “A nova visibilidade”. In: *Matrizes*, n. 2, 15-38.
- VANDENBERGHE, F (2007). *Neo-Capitalism and the Colonisation of Life*. Universidade de Brasília, mimeo.